

# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000157

## PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ao Projeto de Lei nº 8, de 2024.

Autoria: Poder Executivo.

Ementa: Proceder a alterações na legislação que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos para os servidores públicos municipais de Toledo.

Relatoria: Vereador Beto Scain.

Conclusão: Favorável.

### 1. RELATÓRIO

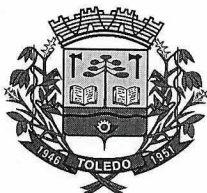
Por meio da Mensagem nº 6, de 1º de fevereiro de 2024, o Poder Executivo, encaminhou o Projeto de Lei nº 8, de 2024, que procede a alterações na legislação que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos para os servidores públicos municipais de Toledo.

A matéria foi recebida pelo presidente da Câmara e apresentada na 1ª Sessão Ordinária do dia 5 de fevereiro de 2024, recebeu então o despacho e foi encaminhada à apreciação das comissões pertinentes.

Inicialmente, a matéria foi encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e, no dia 6 de fevereiro de 2024, o vereador Gabriel Baierle, designou este vereador como relator.

Na condição de relator, diante da possibilidade de manifestação de órgão de apoio técnico da Câmara, disposto no inciso II do § 3º do artigo 160 do Regimento Interno (RI), foi solicitado à Assessoria Jurídica manifestação sobre a matéria, conforme disposto no Ofício nº 4/2024/GVBS, de 6 de fevereiro de 2024, que retornou na forma do Parecer Jurídico nº 009.2024, apontando por sua legalidade.

Em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 66 do Regimento Interno, compete à CCJ examinar e emitir parecer sobre a matéria, sendo seu parecer, na forma do disposto na alínea "a" do inciso I do artigo 161 do RI, manifestação técnica especializada.



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000158

## 2. VOTO DO RELATOR

Considerando o disposto no § 1º do artigo 162 do RI e no Parecer Jurídico nº 009.2024, tem-se que:

a) a validade da matéria está fundada nos seguintes dispositivos constitucionais/legais: na forma do art. 30 da Lei Orgânica do Município de Toledo, pois se trata de projeto de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo;

b) as principais consequências jurídicas da matéria apresentada são as seguintes: objetivando, portanto, ampliar-se o leque de profissionais aptos a assumir e a desempenhar o cargo de Cuidador Social e, consequentemente, atender satisfatoriamente a demanda nas unidades de acolhimento do Município, propõe-se a alteração do respectivo requisito de escolaridade/habilitação, para nele incluir-se o curso médico/técnico de enfermagem;

c) não há controvérsias jurídicas sobre o tema abordado pela matéria.

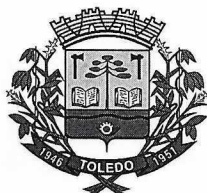
Observa-se que a técnica legislativa da matéria está de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 25, de 28 de setembro de 2021, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação dos atos normativos.

Assim, conclui-se pela constitucionalidade e legalidade da matéria analisada.

Em face do exposto, analisado o Projeto de Lei nº 8, de 2024, e considerados os objetivos que orientam sua propositura, o relatório é com parecer favorável.

Câmara Municipal de Toledo, 20 de fevereiro de 2024.

BETO SCAIN  
Relator




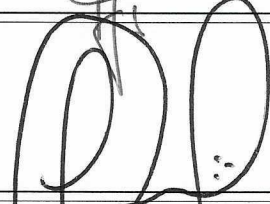

# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000159

## 3. PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça, na apreciação do voto do relator apresentado ao Projeto de Lei nº 8, de 2024, votam:

Parlamentares	Data	Favorável ao voto do relator	Contrário ao voto do relator
GABRIEL BAIERLE	20/02/24		
JOZIMAR POLASSO	20/02/24		
MARCELO MARQUES	20/02/24		
VALDOMIRO BOZÓ	20/02/24	